



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ - SE

TERÇA-FEIRA, 30 DE JULHO DE  
2019

ANO: III

[www.santaluziadoitanhi.se.gov.br](http://www.santaluziadoitanhi.se.gov.br)

EDIÇÃO Nº: 234

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ PUBLICA:

- ✓ REGIMENTO INTERNO - CMDCA
- ✓ ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA CMDCA



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



## REGIMENTO INTERNO

### CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ-SE

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ, aqui denominado simplifadamente de CONSELHO DE DIREITOS, criado pela Lei Municipal nº 832, 12 de novembro de 2013, nomeado em 29/07/2019 e empossado em 30/07/2019, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 6º, a partir da presente data, reger-se-á por este REGIMENTO INTERNO, seguindo as diretrizes traçadas pela Lei Municipal que o criou, pela Lei Federal nº 8.069/90, pelas modificações previstas na Lei 8.242/91 e por outros diplomas legais aplicáveis à matéria.

§ 1º. Cabe à administração pública fornecer a estrutura administrativa e institucional necessária ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica;

§ 2º. A dotação orçamentária a que se refere o parágrafo anterior deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive para as despesas com capacitação dos conselheiros, pagamento de serviços de terceiros, publicações, material de consumo, deslocamento dos conselheiros a eventos e outras despesas.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



## CAPÍTULO II

### DA SEDE E FINALIDADES DO CONSELHO DE DIREITOS

**Art. 2º** - O CONSELHO DE DIREITOS tem sua atuação em todo o território do Município de Santa Luzia do Itanhí e sede na cidade do mesmo município, situada à Rua Barão do Rio Branco, SN, centro, o qual deverá ser divulgado à população e às autoridades constituídas e com atuação neste município.

**Art. 3º** - O CONSELHO DE DIREITOS tem por finalidade o cumprimento da Lei Municipal nº 832, de 12 de novembro de 2013, da Lei Federal nº 8.069/90 e das Constituições Estadual e Federal, com as alterações legislativas que lhes seguirem, em tudo que seja de sua competência relativamente às crianças e adolescentes do Município de Santa Luzia do Itanhí.

## CAPÍTULO III

### DOS ÓRGÃOS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DIREITOS

#### SESSÃO I

#### DA ELEIÇÃO E REUNIÕES DA DIRETORIA

**Art. 4º** - Para coordenação de suas atividades, o CONSELHO DE DIREITOS elegerá uma diretoria composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e 2º Secretário, os quais serão escolhidos por seus pares, logo na primeira sessão do colegiado, com



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



mandato de 2 (dois) anos, relativamente à sua primeira diretoria, podendo haver uma única recondução, por igual período.

§ 1º - Nos 60 (sessenta) dias que antecederem o término do mandato dos Conselheiros eleitos como membros da diretoria, esta, providenciará em nova eleição, que deverá realizar-se na segunda quinzena do mês que antecede ao término do mandato da mesma.

§ 2º - Se por qualquer motivo algum dos Conselheiros eleitos para compor a diretoria não mais fizer parte do CONSELHO DE DIREITOS ou renunciar ao cargo na diretoria, deverá ser providenciada nova eleição, no prazo máximo de 30 dias, de modo a suprir a vaga até a complementação do mandato da diretoria eleita.

§ 3º - Se dentro dos prazos acima previstos a diretoria não providenciar as eleições, qualquer Conselheiro poderá convocá-la.

§ 4º - A eleição deverá ocorrer por meio de voto aberto e tomado de forma nominal, permitido, contudo, a composição e apresentação de chapas.

§ 5º - Para o escrutínio das eleições serão encarregados os 02 (dois) Conselheiros mais velhos presentes à reunião.

**Art. 5º** - A Diretoria reunir-se-á mensalmente conforme calendário apresentado em sessão e registrado em ata, na sede do Conselho de Direitos nesta urbe.

**Art. 6º** - As sessões terão início sempre com a aprovação da ata da sessão anterior, que será assinada por todos os presentes. Em seguida, todos os membros do Conselho serão informados acerca da



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



correspondência endereçada ao órgão no período anterior, passando-se à leitura da pauta da reunião, após o que terão início as discussões.

§ 1º. Na sessão serão apreciados todos os itens constantes da pauta, sendo facultada a apresentação de outras matérias, de caráter urgente, por parte de qualquer dos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 2º. As matérias não constantes da pauta serão apreciadas após esgotadas aquelas anteriormente pautadas, ressalvada decisão em contrário por parte da maioria dos membros presentes à sessão.

**Art. 7º** - A cada sessão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será lavrada a respectiva ata em livro próprio, que será assinada pelo Presidente e demais Conselheiros presentes, contendo em resumo, todos os assuntos tratados e deliberações tomadas.

## SESSÃO II DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE DIREITOS

**Art. 8º** - O Presidente é o representante legal do CONSELHO DE DIREITOS nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e a direção de todas as atividades internas, competindo-lhe:

- a) convocar, presidir, instalar e dar andamento às reuniões do CONSELHO DE DIREITOS E DA DIRETORIA, dirigindo os trabalhos e apreciando as questões de ordem;
- b) determinar ao Secretário a leitura das atas e comunicações que entenda convenientes;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



- c) estabelecer os pontos das questões sujeitas a votação;
- d) destituir os membros das Comissões, nos termos deste Regimento;
- e) assinar as atas das reuniões, as resoluções, as correspondências e os demais expedientes que não contrariem os objetivos da Lei Municipal nº 832, de 12 de novembro de 2013;
- f) apresentar anualmente ao plenário do CONSELHO DE DIREITOS, em sua última reunião ordinária o relatório resumido das atividades desenvolvidas;
- g) fazer executar todos os atos previstos neste Regimento, da Lei Municipal nº 832, de 12 de novembro de 2013 e na Lei Federal 8.069/90, bem como os demais encargos de direção e orientação administrativa que não constituam atos privativos de outros membros.

**Art. 9º** - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos, licença ou ausências.

### SEÇÃO III DA SECRETARIA

**Art. 10** - Compete ao Secretário:

- a) redigir as atas, resoluções e toda a correspondência do Conselho ou determinar que funcionário o faça, sob sua responsabilidade e orientação;
- b) assinar, em conjunto com o Presidente as atas, resoluções e outros documentos que o Conselho determine;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



- c) zelar pelos arquivos, livros e documentos do Conselho, cuidando para que toda a correspondência seja protocolada;
- d) elaborar a pauta das reuniões do Conselho, de acordo com as matérias encaminhadas até as 48:00 horas anteriores à realização das mesmas e mantê-la disponível aos Conselheiros, para consulta, nas 24:00 horas anteriores à sua realização;
- e) anotar as presenças e ausências dos Conselheiros e, mensalmente, verificar a ocorrência ou não de faltas injustificadas às reuniões, comunicando-as ao Presidente ou sendo deste as faltas ao Vice - Presidente;
- f) auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
- g) secretariar, da mesma forma, os trabalhos da diretoria;
- h) exercer outras atribuições que venham a lhe ser conferidas em resoluções do Conselho.

#### **SESSÃO IV DAS COMISSÕES**

**Art. 11** - O CONSELHEIRO DE DIREITOS poderá formar comissões para a execução de atividades técnicas ou de assessoramento e desenvolvimento de atividades específicas, segundo suas necessidades, estabelecendo prazos para a conclusão dos trabalhos, podendo o Presidente destituir seus membros, se inobservados esses prazos.

#### **SESSÃO V DO FUNCIONAMENTO EM GERAL**



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



**Art. 12** – Para o desempenho de suas atribuições o CONSELHO DE DIREITOS solicitará ao Poder Executivo funcionários e *material* administrativo em cumprimento do disposto na Lei Municipal nº 832, de 12 de novembro de 2013, ficando as instalações e funcionários sob orientação e fiscalização da Diretoria, que representará à mesma Administração a respeito de alterações que se façam necessárias.

**Art. 13** – Os membros titulares do CONSELHO DE DIREITOS poderão requerer licença de suas atividades, substituindo-se os mesmos, no período, por seus suplentes, ciente a entidade ou órgão que os indicou.

**Art. 14** – Se o período de afastamento implicar na ausência de 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas o Conselheiro Titular será definitivamente substituído por seu suplente, que exercerá o cargo até o término do mandato para o qual foi o titular indicado, solicitando-se à entidade a indicação de novo suplente.

**Art. 15** – Em seus impedimentos ou ausências, o Conselheiro titular deverá, comprovadamente, comunicar tais fatos à entidade ou ao próprio suplente, com antecedência de, no mínimo, 02 (dois) dias, para substituí-lo nas reuniões, sob pena de ser considerada injustificada sua falta.

#### SESSÃO VI DAS REUNIÕES DE CONSELHO DE DIREITOS





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÊ



**Art. 16** – O CONSELHO DE DIREITOS, reunir-se-á ordinária, extraordinária e solenemente, em local pré - determinado.

§ 1º - As reuniões ordinárias realizar-se-ão mensalmente conforme calendário anual apresentado e aprovado em sessão ordinária.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, pela Diretoria ou por 05 (cinco) membros do CONSELHO DE DIREITOS, com antecedência de, no mínimo, 48:00 (quarenta e oito) horas, mediante comprovante da convocação, pré-determinando os assuntos para a reunião.

§ 3º - As reuniões solenes serão convocadas para se dar publicidade da atuação do CONSELHO DE DIREITOS, empossar o CONSELHO TUTELAR e sempre que o interesse público recomendar, desde que aprovada a convocação por metade, mais um, de seus membros presentes em reunião expressamente convocada para tal fim.

§ 4º - De cada reunião será lavrada ata circunstanciada e, havendo decisões, observar-se-á o disposto na Lei Municipal nº 832, de 12 de novembro de 2013.

§ 5º - Nas atas constarão, expressamente, o nome dos Conselheiros presentes e dos ausentes;

§ 6º - A justificação das faltas às reuniões deverá ocorrer até a data da sessão seguinte àquela em que ocorreu a falta, para apreciação pelo CONSELHO DE DIREITOS, excluído do voto o Conselheiro faltoso;

§ 7º - Não sendo considerada justificada a falta, o Conselheiro faltoso poderá solicitar reexame da decisão por, no mínimo, 05 (cinco) Conselheiros;

§ 8º - De ambas decisões será cientificado o Conselheiro no prazo de 05 dias;

*[Handwritten signatures and initials]*



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



**Art. 17** - Perderá o mandato o conselheiro de direitos que for condenado por crime ou contravenção; descumprir os deveres de sua função, sendo que neste caso o fato será apurado em processo administrativo com ampla defesa e voto favorável à cassação do mandato de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Direitos.

**Art. 18** - A penalidade de perda do mandato será iniciada por procedimento administrativo, resguardados sempre os princípios da ampla defesa e do contraditório, o qual será presidido pelo Presidente, mediante representação de qualquer pessoa ou por conselheiro(a) de direitos, sempre acompanhada de início de prova ou indicação de tais provas pelo(a) denunciante, sendo os fatos imediatamente comunicados ao Ministério Público para que ciente dos fatos tome as providências que entender necessárias.

§1º. O(a) Conselheiro(a) de Direitos denunciado(a), instaurado o procedimento, deverá ser cientificado por escrito com prazo de quinze dias para apresentação de defesa, podendo fazê-lo através de advogado(a) constituído;

§2º. Apresentada a defesa, ou não tendo sido apresentada apesar do(a) conselheiro(a) de direitos ter sido cientificado(a), o Presidente do Conselho de Direitos determinará a notificação de pessoas que possam testemunhar e esclarecer os fatos, bem como solicitar de outros órgãos documentação para instruir os autos, desde que esta não seja sigilosa, quando o órgão ministerial deverá ser comunicado para investigar os fatos;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



§3º Do despacho do Presidente marcando oitiva ou solicitando documentos, o(a) conselheiro(a) de direitos acusado(a), ou seu advogado constituído, deverá ser intimado para, querendo, acompanhar tais diligências;

§4º. Após a colheita de prova, o Presidente do Conselho de Direitos designará reunião para a votação da perda do mandato, sendo que nesta a votação será feita pelos conselheiros tutelares com presença de 2/3 (dois terços), exceto o(a) acusado(a), votando o Presidente somente no caso de desempate;

§5º. Decidida a perda de mandato, pelo Conselho de Direitos, o Presidente declarará vago o cargo e comunicará o fato ao Poder Executivo, à entidade que eventualmente indicou o(a) conselheiro(a) de direitos afastado e ao Ministério Público, o próprio Conselho de Direitos que providenciará a convocação do suplente para assumir as funções;

§6º. As decisões de advertência, suspensão ou perda do mandato do Conselho de Direitos, assim como as demais administrativas, podem ser revisadas pelo Poder Judiciário;

§7º. No caso do(a) acusado(a) ser o(a) Presidente do Conselho de Direitos, suas funções mencionadas neste artigo serão assumidas por conselheiro(a) de direitos indicado pela maioria de seus pares para tal mister;

§8º. A instauração de procedimento pelo Conselho de Direitos para decidir sobre a perda de mandato não prejudica ou impede que pelo Ministério Público haja instauração de inquérito civil público ou procedimento administrativo para o mesmo fim, ou inclusive a tomada de providências judiciais por este último órgão no sentido de afastar



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



liminarmente ou definitivamente o(a) conselheiro(a) de direitos denunciado(a).

§ 9º - A apreciação de matéria relativa à cassação do mandato de Conselheiro de Direitos deverá ser comunicada com antecedência mínima de 5 dias aos membros do CONSELHO DE DIREITOS, excluído da votação o Conselheiro diretamente interessado no resultado da votação.

#### **CAPÍTULO IV** **DOS DEVERES DOS CONSELHEIROS**

**Art. 19** - São deveres dos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Conhecer a Lei nº 8.069/90, a Lei Municipal nº 832, de 12 de novembro de 2013 e as disposições relativas à criança e ao adolescente contidas na Constituição Federal, Lei nº 8.742/93, 9.394/96 e outros Diplomas Legais, zelando pelo seu efetivo e integral respeito;

II - Participar com assiduidade das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, justificando e comunicando com a devida antecedência as eventuais faltas;

III - Buscar informações acerca das condições de vida da população infanto-juvenil local, assim como da estrutura de atendimento existente no município, visitando sempre que possível as comunidades e os programas e serviços àquela destinados;

IV - Encaminhar proposições e participar das discussões relativas à melhoria das condições de atendimento à população infanto-

*[Handwritten signatures of council members]*



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



juvenil local, apontando falhas e sugerindo a implementação das políticas, serviços públicos e programas que se fizerem necessários;

V - Atuar na defesa da Lei nº 8.069/90 e dos direitos de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, procurando sempre que possível conscientizar a população acerca do dever de todos em promover a proteção integral da população infanto-juvenil;

VI - Opinar e votar sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho.

§ 1º. É expressamente vedada a manifestação político-partidária nas atividades do Conselho;

§ 2º. Nenhum membro poderá agir ou se manifestar em nome do Conselho sem prévia autorização.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 20** – Após a eleição da diretoria, na primeira reunião ordinária o Presidente dará posse aos Conselheiros suplentes, ao quais substituirão os Conselheiros titulares nas suas ausências, impedimentos ou licenças.

**Art. 21** – Os atos da Diretoria que contrariem os objetivos da Lei Federal 8.069/90 e Lei Municipal nº 832, de 12 de novembro de 2013, poderão ser revistos pelo próprio CONSELHO DE DIREITOS, que poderá invalidá-los pelo voto de metade mais um de seus membros.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



**Art. 22** – O presente REGIMENTO INTERNO somente poderá ser alterado em reunião, especialmente convocada para tal fim, presentes, 2/3 (dois terços) de seus membros na 1ª convocação, realizadas estas últimas 10 dias após a 1ª convocação e com intervalo de 1 (uma) hora entre a 2ª e 3ª convocações.

**Art. 23** – Este REGIMENTO entrará em vigor na data de sua aprovação, seguindo-se as assinaturas dos Conselheiros presentes.

**CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ**, aos 30 dias do mês de julho de dois mil e dezenove.

**I – Representantes da Secretaria de Assistência Social:**

Titular: Emanuela Correia Assunção

Suplente: Laiz Santana Rebouças

*Laiz Santana Rebouças*

**II – Representantes da Secretaria de Educação:**

Titular: Alexandra Alves de Araújo Simões

*Alexandra Alves de Araújo Simões*

Suplente: Marcelo de Jesus Santos

**III – Representantes da Secretaria de Saúde:**

Titular: Carla Taisa Seixas dos Santos

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



Carla Paiva Seixas dos Santos

Suplente: Maria Isabel Gomes Cruz

Maria Isabel Gomes Cruz

**IV- Representantes da Secretaria de Finanças**

Titular: João Vicente Junior

João Vicente Junior

Suplente: Felipe Carvalho Souza

Felipe Carvalho Souza

**V – Representantes da Sociedade Civil:**

**V.1 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO  
DISTRITO AREIA BRANCA**

CNPJ: 32.766.222/0001-06

Titular: Ivanildes Alves dos Santos

Ivanildes Alves dos Santos

Suplente: Adenilson Oliveira Lima

Adenilson Oliveira Lima

**V.2 – COLÔNIA DOS PESCADORES Z3**

CNPJ: 00.081.820/0001-55

Titular: Selma Lucia dos Santos

Selma Lucia dos Santos / [assinatura]

Suplente: Valmira Beto dos Santos

Valmira Beto dos Santos

**V.3 – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A MULHER**

CNPJ: 03.882.825/0001-75

Titular: Gilssara Alves da Silva Santana



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ



Suplente: Jaciara Santos da Silva Oliveira

*Jaciara Santos da Silva Oliveira*

V/4 - INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CNPJ: 05.929.852/0001-81

Titular: Rodrigo de Maio Almeida

*Rodrigo de Maio Almeida*

Suplente: Mariana Santos Didier

*Mariana Santos Didier*

*[Handwritten signature]*





Ata da Assembleia Geral de Eleição da Sociedade Civil/Biênio 2019-2021 do CMDOCA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do dia 26/07/2019. Aos dias 26/07/2019 (Vinte e seis do mês de julho de dois mil e dezanove), às nove horas, no Centro de Conveniência dos Idosos, situado a Rua Adelaide Soutelo SIN, município de Santa Luzia do Itanhí/SE, iniciou-se a Assembleia Geral de Eleição da Sociedade Civil do (CMDOCA) Biênio 2019/2021. Presentes os seguintes conselheiros do Poder Público: Laiz Santana Rebouças, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, Marcelo Carvalho Souza, representante da Secretaria Municipal de Educação, Felipe Carvalho Souza, representante da Secretaria Municipal de Finanças, João Vicente Júnior, representante da Secretaria da Secretaria Municipal de Finanças e Presidente Interino do (CMDOCA), Carla Taisa Seixas dos Santos e Valquíria de Jesus Ferreira, representando a Secretaria Municipal de Saúde, também os representantes das Entidades: a Senhora Selma Lucia dos Santos, representante da Colônia de Pescadores, Rodrigo de Waio Almeida, representante do IPTI - Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação, Jaciara Santos da Silva Oliveira, representante da Associação de Assistência à mulher, e Ivanildes Alves dos Santos, representante da Associação de moradores do Loteado Árvore Branca e os Conselheiros Tutelares o Srº José Carlos da Silva, a Srº Elecia Maria dos Santos Oliveira e o Srº José Vandemilten Santos, conforme o cronograma, constante no Edital de convocação, às 9:00h se fez o credenciamento dos eleitores e candidatos. Às 09h e 30min, foi realizada a abertura do fórum com a composição da mesa, onde o presidente interino, João Vicente Júnior, iniciou a presente Assembleia, cumprimentando a todos e passando a palavra para a Secretaria



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ

de Assistência Social, em seguida foi passado a palavra para a Senhora Laiz Santana Lebranças, para fazer a leitura do Regimento Interno do Fórum, a seguir o presidente, então, passou a palavra a Senhora Danielze Soares Santos Alves, para falar um pouco sobre a importância do controle social e da participação da sociedade civil, na construção de Políticas Públicas em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Após a explanação foi feita a leitura das entidades, após a participação de todas. Em seguida foi aberto para cada entidade falar sobre sua instituição, por 05 minutos. A pós a fala das entidades foi dado início a votação, que foi feita em cédula própria, onde cada delegado deposita-se a urna, para fazer a sua votação. Em seguida foi aberta a urna para a contagem dos votos e proclamação das entidades eleitas. Ficou decidido em plenária que no próximo dia 30 de julho do corrente ano os eleitos irão se reunir para composição da nova diretoria e eleição do novo presidente, na sede do CASS, às 09:00hs. Após o Presidente proclamar os eleitos, foi feita a leitura da presente Ata, que segue assinada pelo presidente e os demais presentes, dando por encerrado o Fórum com confraternização.

Peço Zíndade, Fausto

Maquira Santos da Silva Oliveira

Paula Tava Siqueira dos Santos

Rodrigo de Matos Almeida

Silvana Dunga dos Santos

Felipe Gabriel Souza

Guarildes Alves dos Santos

Laiz Santana Lebranças

Maruana Santos Didier

Marcelo Luis Santos



Ata de reuniões para eleições da nova diretoria, posse dos conselheiros, luto e aprovação do Regimento Interno e aprovações de projetos.

Por Trinta dias do mês de julho (30/07/19), reuniram-se os conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santa Luzia do Itanhí, a reunião teve como pauta a posse dos conselheiros de Sociedade Civil, eleições da Nova diretoria (presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário). Estava presente todos os representantes dos órgãos governamentais e não governamentais. O Presidente interno João Vicente iniciou a reunião, dando Bem-vindo a todos e lendo o Decreto de Posse, em seguida dando posse aos novos membros do CMACA. Em seguida o presidente interno apresentou a chapa para eleições da nova diretoria composta por João Vicente Júnior, como presidente, Jaciara Santos da Silva Oliveira, (1º Secret) como vice-presidente, Romanuella Correia Assunção como 1º Secretária e Selma Luciana dos Santos como 2º Secretária. Após a apresentação da chapa foi franqueada a palavra para os interessados em apresentar uma nova chapa. Em seguida abriu para votação que foi elita por unanimidade com a nova diretoria e tendo todos os



sees membros devidamente empossados  
Emanuel Correio Pereira - Titular e Laiz  
Santana Rebelucas - Suplente, representantes da  
Secretaria de Assistência Social, Alexan-  
dra Alves de Paiva Simões - Titular e  
Marcio de Jesus Santos - Suplente, represen-  
tantes da Sec. de Educação, Carla Daise  
Seixas dos Santos - Titular e Robel Santos  
Cruz - Suplente como representantes da Sec.  
de Saúde, João Vicente Jimier - Titular e Feli-  
pe Carvalho Souza - Suplente, como repre-  
sentante da Sec. de Finanças, Ivanildes  
Alves dos Santos - Titular e Adenilson Oliveira  
Lima - Suplente representantes da Associação  
de moradores do Distrito São Branca,  
Selma Lucio dos Santos - Titular e Valmir  
Beto Santos - Suplente, representante da Colônia  
dos Pescadores - 23, Gilson Alves da Silva  
Santana - Titular e Jaciara Santos da Silva  
Oliveira - Suplente, representantes do Funda-  
ção de Assistência a Mulher, Rodrigo de Paiva  
Almeida - Titular e Mariana Santos Vidler  
Suplente, representantes do Instituto de Pes-  
quisa em Tecnologia 'do' Inovação. Em  
seguida o Presidente fez a leitura do Regi-  
mento Interno do Conselho e passou para  
aprovação, que foi aprovada por unani-  
midade, após a posse dos novos conselhe-  
iros, eleição da nova diretoria do CMBCA e  
leitura e aprovação do Regimento Interno,  
passou-se então para a seguinte pauta  
que é a aprovação de Projetos pelos novos  
membros do CMBCA, neste ato representa-



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ

Coleta Tassa Jurex dos Santos, Baiz Santana, Reboacas, Jamildes, Jurex dos Santos, Selma Lúcia Santa, Jacira Santos da Silva Oliveira e o Sr. Rodrigo de Mau Oliveira, os mesmos apreciaram os projetos a serem desenvolvidos no ano de 2020 com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), caso seja captados os recursos para sua execução. Foi aberto a palavra ao Sr. Rodrigo de Mau Almeida, representante do IPTI Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação, que apresentou 3 propostas de projetos que estão alinhados aos trabalhos que a organização realiza em parceria com o CIDEA nos últimos anos, em prol do desenvolvimento e proteção do evanescente do adolescente. Tais eles: 1) Leuca (lug, câmera e ação), no valor de R\$ 275.000,00 que tem como objetivo capacitar adolescentes em técnicas de produção audiovisual, com especial foco em cinema, trilhas e animação gráfica. 2) Arte Naturalista, novas linguagens, no valor de R\$ 190.000,00, cujo objetivo é o diálogo para as oficinas de formação e de experiências em novas técnicas e uso de artes visuais, que sejam complementares aos cursos de ilustração e que abram múltiplas informações e possibilidades de geração de renda para jovens talentos de Santa Luzia do Itanhí. 3) ALBA, no valor de R\$ 1.000,00 cujo objetivo é construir uma





mento integrado a crianças e adolescentes, com curso de programação, robótica, artes visuais, literatura e música; 4) Romaneio do Itanhí, no valor de R\$ 315.000,00, com objetivo de construir tecnologia social em plataformas (fotografia, teatro e vídeos) para alunos do ensino fundamental, quanto para a educação infantil; 5) Informática, francês e inglês, no valor de R\$ 230.000,00, com o objetivo de oferecer formação gratuita; 6) Ânima, no valor de R\$ 250.000,00, com o objetivo de construir uma tecnologia social para a promoção da Saúde; 7) Artes performáticas, no valor de R\$ 160.000,00, com o objetivo de formar na área de artes performáticas, selecionando jovens talentos através de dança, teatro (figurino, cenografia, sonorização); 8) Baía e Canto, no valor de R\$ 195.000,00 com o objetivo de continuar o processo de seleção e formação de jovens talentos em músicas regionais e inserir o canto lírico regional; 9) Diagnóstico informatizado e plano de garantia dos direitos da criança e do adolescente no valor de R\$ 340.000,00 com objetivo de desenvolver tecnologia de elaboradores de diagnósticos locais, plano municipal de garantia de direitos e implementação de sistema computacional para gestão de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais direcionadas a criança e adolescentes. Após a apresentação dos projetos por parte do Sr. Rodrigo de Haio Almeida, o Sr. João



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DE SANTA LUZIA DO ITANHÍ

passou a palavra para os demais  
presentes, a Sr. Juciara falou da im-  
portância dos projetos e falou também  
da sua instituição e sua trajetória  
profissional, e a fim de ser com promissu-  
ram o CUSCA através de captações de  
recursos pela entidade. O Sr. José Vicente  
falou da importância dos entidades e  
que tem breve prazo aberto edital  
para que as entidades possam a-  
presentar projetos para captações de  
recursos do FIA. E agradeceu a  
todos e colocou o cargo dele a disposi-  
ção de todos. Diante a importância  
dos projetos para as entidades e interes-  
tes do município de Santa Luzia do  
Itanhí, em especial os matriculados na  
rede municipal de educação, o Presiden-  
te José Vicente, salientou que o Plano  
Plurianual (PPA) vigente define a quali-  
dade da educação infantil como uma  
das prioridades, o CUSCA através de seus  
membros aprova os 3 projetos apresenta-  
dos pelo Sr. Rodrigo de Mello, a serem  
executados pelo IPT e se compromete  
a incluir as propostas no Plano de ACP  
e ao Plano de aplicação de Recursos  
que está sendo elaborado para o  
exercício de 2020 e Sr. Presidente tam-  
bém se responsabilizar em encaminhar  
as propostas para inclusão no Projeto  
de Lei Orçamentária anual (LOA) do  
município para o ano de 2020. O Sr.  
ta



7

Os atos do dia foram aprovados por unanimidade de voto e o Regimento interno, e os Projetos apresentados pelo IPTI. Por estar de acordo, este ato foi lido e aprovada por mim e pelos demais membros do Conselho presentes.

João Eliante Júnior

Luciana Santos da Silva Oliveira

Luís Paiva Soares dos Santos

Rodrigo de Melo Almeida

Silma Lucia dos Santos

Felipe Carvalho Souza

Valmíria Brito dos Santos

Walter Brito Lima

Francildes Alves dos Santos

Luiz Santana Ribeiro

Marionara Santos Rêdier

Maria Isabel Gomes Cruz

Alexandra Alves Franco Simões